

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO  
FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA.

Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa método indireto

Demonstrações do valor adicionado

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Conselheiros e Administradores da  
INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA.  
Piracicaba - SP

### Opinião sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora. ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas.

### Base para opinião sobre as demonstrações contábeis

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional do contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outros assuntos

#### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 30 de março de 2018.

#### Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Entidade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável e se sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na seção 3 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, do CPC PME, consistente com o descrito no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião essa demonstração foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso desta base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 29 de abril de 2019.



BDO RCS Auditores Associados Ltda.  
CRC 2 SP 031522/F

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Ronaldo Silva dos Santos'.

Ronaldo Silva dos Santos  
Contador CRC 1 SP 228140/O-4

# INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

## Balanços patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota	2018	2017		Nota	2018	2017
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	494.985	118.328	Fornecedores		444.472	640.170
Recursos vinculados a terceiros	6	9.589.594	12.431.398	Obrigações trabalhistas e encargos	10	1.719.305	1.534.873
Créditos a receber	7	13.541.146	7.625.551	Obrigações fiscais		204.040	76.067
Adiantamentos	8	293.847	206.142	Outros passivos		67.221	124.333
Outros ativos		75.016	66.671	Recursos de projetos em execução	11	15.743.273	13.198.163
		<u>23.994.588</u>	<u>20.448.090</u>	Recursos vinculados a terceiros	12	146.632	7.686
				Recursos fundo origens	13	181.888	48.519
						<u>18.506.831</u>	<u>15.629.811</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Créditos a receber	7	3.936.676	8.012.856	Provisões para contingências	14	83.054	-
Imobilizado	9	3.591.033	3.786.956	Projetos a executar	11	3.936.676	8.012.856
Intangível		94.811	85.074			<u>4.019.730</u>	<u>8.012.856</u>
		<u>7.622.520</u>	<u>11.884.886</u>	<b>Patrimônio líquido</b>	16		
				Patrimônio social		2.437.004	2.437.004
				Reserva de fundo patrimonial		2.676.349	2.567.285
				Reserva de fundo social		2.100.631	1.916.695
				Ajustes de avaliação patrimonial		662.008	662.008
				Reserva de reavaliação		44.194	44.194
				Superavit do exercício		1.170.361	1.063.123
						<u>9.090.547</u>	<u>8.690.309</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>31.617.108</u></u>	<u><u>32.332.976</u></u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u><u>31.617.108</u></u>	<u><u>32.332.976</u></u>

As notas explicativas da Administrações são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

Demonstrações do resultado  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em Reais)

	Nota	2018	2017
Receitas operacionais	17		
Projetos		13.681.497	11.086.204
Prestação de serviços		10.970.251	10.219.936
Gestão da certificação florestal		1.063.292	780.414
Taxa de contribuição agrícola		342.851	500.254
Cursos e treinamentos		129.441	288.442
Receitas de trabalho voluntário	19	17.849	-
Deduções da receita		(1.953.760)	(1.665.620)
Custos operacionais	18		
Com projetos		(11.375.145)	(9.345.637)
Com serviços		(7.229.235)	(6.967.394)
Custos e despesas com trabalho voluntário	19	(17.849)	-
Superávit bruto		5.629.192	4.896.599
Despesas gerais e administrativas	18	(1.260.172)	(903.677)
Despesas com pessoal	18	(2.967.248)	(2.699.178)
Outras despesas não operacionais		(184.130)	(136.658)
Superávit antes das despesas financeiras, líquidas		1.217.642	1.157.086
Despesas financeiras líquidas		(47.281)	(93.963)
Superávit do exercício		1.170.361	1.063.123

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

## Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávit do exercício	1.170.361	1.063.123
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>1.170.361</u>	<u>1.063.123</u>

As notas explicativas da Administrações são parte integrante das demonstrações contábeis.



# INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Reserva de fundos			Reserva de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit do período	Total do patrimônio líquido
	Patrimônio social	Patrimonial	Social				
Saldos em 1º de janeiro de 2017	2.437.004	2.423.068	1.413.911	44.194	662.008	535.967	7.516.152
Incorporação/ rendimentos	-	144.217	761.213	-	-	(535.967)	369.463
Financiamento de cert. comunitários	-	-	(258.429)	-	-	-	(258.429)
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	1.063.123	1.063.123
Saldos em 31 de dezembro de 2017	2.437.004	2.567.285	1.916.695	44.194	662.008	1.063.123	8.690.309
Incorporação do resultado	-	-	-	-	-	(1.063.123)	(1.063.123)
Rendimentos dos fundos	-	109.064	95.319	-	-	-	204.383
Transferência entre contas	-	-	370.408	-	-	-	370.408
Financiamento de cert. comunitários	-	-	(281.791)	-	-	-	(281.791)
Superávit do exercício	-	-	-	-	-	1.170.361	1.170.361
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.437.004	2.676.349	2.100.631	44.194	662.008	1.170.361	9.090.547

As notas explicativas da Administrações são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.170.361	1.063.123
Depreciação e amortização	332.599	252.866
Provisão (reversão) perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	129.106	181.524
Reversão de contingências	83.054	(19.295)
Créditos convertidos para o fundo social	(488.332)	369.462
Financiamento de projetos comunitários	(281.791)	(258.429)
Superávit ajustado	944.997	1.589.251
(Aumento)/diminuição nos ativos circulantes e não circulantes		
Créditos a receber	(6.044.701)	(2.818.092)
Outros ativos circulantes	(96.050)	(84.029)
Projetos	4.076.180	(7.070.135)
Aumento/(diminuição) nos passivos circulantes e não circulantes		
Obrigações trabalhistas e encargos	137.652	(93.931)
Obrigações fiscais e sociais	127.973	(114.096)
Fornecedores	(195.698)	119.535
Provisão de férias	46.780	150.835
Adiantamento de clientes	(57.112)	105.975
Recursos de projetos em execução	2.545.110	7.167.316
Recursos Vinculados a Terceiros	(3.803.865)	7.588.191
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais	(2.318.734)	6.540.820
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Venda de ativo Imobilizado	-	95.805
Aquisição de ativo Imobilizado	(113.142)	(881.320)
Aquisições de ativo intangível	(27.872)	(5.039)
Projetos em andamentos	(5.399)	(9.000)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(146.413)	(799.554)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Contratação de leasing	-	(2.178)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento	-	(2.178)
(Diminuição) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.465.147)	5.739.088
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.549.726	6.810.638
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	10.084.579	12.549.726
(Diminuição) / Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(2.465.147)	5.739.088

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

# INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

## Demonstrações do valor adicionado Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
Receitas		
Prestação de serviços	10.599.843	9.793.386
Projetos (parcerias)	12.168.204	10.694.454
Gestão da certificação florestal	1.063.292	780.414
Taxa de contribuição agrícola	333.251	490.654
Doações pessoas jurídicas para custeio	1.513.293	391.750
Cursos e treinamentos	129.441	288.442
Outras receitas	9.600	9.600
	<u>25.816.924</u>	<u>22.448.700</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(10.368.274)	(8.140.336)
Outros	(184.130)	(136.658)
	<u>(10.552.404)</u>	<u>(8.276.994)</u>
Valor adicionado líquido produzido	<u>15.264.520</u>	<u>14.171.706</u>
Depreciação e amortização líquidas	(332.599)	(252.866)
Valor adicionado líquido produzido pela Entidade	<u>14.931.921</u>	<u>13.918.840</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	225.902	177.923
	<u>225.902</u>	<u>177.923</u>
Valor adicionado total a distribuir	<u>15.157.823</u>	<u>14.096.763</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Sálarios, férias e décimo terceiro	8.329.002	8.062.084
Benefícios	1.434.632	1.280.343
F.G.T.S	510.495	538.495
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	2.780.290	2.344.329
Municipais	659.859	536.504
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	273.184	271.885
Aplicação dos recursos nos objetivos institucionais		
Superávit do exercício	1.170.361	1.063.123
	<u>15.157.823</u>	<u>14.096.763</u>

As notas explicativas da Administrações são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

## 1. Informações gerais

O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora "Entidade" ou "Imaflora" é uma organização brasileira, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Piracicaba SP, fundada em 1995 com a finalidade de promover a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e para gerar benefícios sociais nos setores florestais e agrícolas.

O Imaflora incentiva e promove mudanças nos setores florestal e agrícola, visando à conservação e o uso sustentável dos recursos naturais e a geração de benefícios sociais.

Por meio de suas ações o Imaflora pretende contribuir para: o aumento da conservação dos recursos naturais; a garantia da conservação de áreas protegidas; a garantia dos direitos fundamentais do trabalho e da saúde e da segurança para trabalhadores de empreendimentos florestais e agrícolas; a geração de benefícios sociais para populações diretamente afetadas por projetos e empreendimentos florestais e agrícolas; a geração de benefícios sociais para produtores familiares e comunidades florestais e, para a redução das emissões de gases de efeito estufa associadas às atividades dos setores florestal e agropecuário.

Frentes e atividades do Imaflora em 2018:

- Certificação socioambiental;
- Comunidades e áreas protegidas;
- Políticas de interesse público;
- Cadeias produtivas responsáveis;
- Clima e cadeias agropecuárias;
- Principais ações empreendidas; e
- Ações e atividades operacionais em 2018.

### Certificação socioambiental

A certificação socioambiental estimula melhorias ambientais, sociais e econômicas nos setores florestal e agropecuário. Ela reconhece que atuação responsável contribui para a conservação dos recursos naturais, proporciona condições dignas e justas para os trabalhadores e promove boas relações com a comunidade próxima à área, propriedade ou empresa certificada.

Entre os benefícios alcançados pelos empreendimentos certificados, independente do porte, os que se destacam são: diferenciação dos produtos no mercado, participação em mercados mais exigentes, ganhos em gestão e melhoria na imagem institucional.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

#### Comunidades e áreas protegidas

Queremos provocar transformações reais e significativas nas regiões onde atuamos. Por meio das políticas de desenvolvimento local sustentável, buscamos práticas inovadoras de gestão e uso da terra, que aliem conservação dos recursos naturais, geração de renda e garantia dos direitos às populações locais e trabalhadores. Com isso, pretendemos fortalecer as comunidades que vivem na região e suas relações com os poderes públicos, empresas e entidades privadas.

A intenção é criar modelos que possam ser replicados em outras regiões, amplificando seu alcance e multiplicando os benefícios que pretendemos alcançar: qualidade de vida, conservação e uso sustentável dos recursos florestais e agropecuários.

#### Políticas de interesse público

Desenvolvemos ações para influenciar a elaboração e a implementação de políticas de interesse público relacionadas a práticas sustentáveis de produção florestal e agropecuária, seja por meio da produção e da análise de estudos técnicos ou da influência nos sistemas de certificação.

Com esse intuito, participamos também do Conselho Gestor de Florestas Públicas, órgão consultivo do Serviço Florestal Brasileiro e representamos o Fórum Brasileiro de ONGs no Conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, como também, localmente, através da iniciativa "Observatório Cidadão de Piracicaba"

#### Cadeias produtivas responsáveis

Com mais de 20 anos de experiência no desenvolvimento e implementação de práticas responsáveis de gestão e produção, o Imaflora tem atuado para mudanças nas cadeias produtivas dos setores florestal e agropecuário para atingir um patamar mais elevado de sustentabilidade. Temos colaborado para a evolução das políticas e práticas que levem órgãos públicos, empresas privadas, cooperativas e associações para uma posição de melhoria contínua e liderança em sustentabilidade. Apoiamos estas organizações por meio de análises, construção de soluções, desenvolvimento e implementação de ferramentas e treinamentos que visam melhorar a gestão, o desempenho socioambiental e produtivo e aumentar a transparência e a comunicação com a sociedade.

Atuando com empresas, com cooperativas, com ONGs e com órgãos públicos e em pactos ou acordos multi-setoriais nacionais e internacionais, realizamos projetos inovadores nas cadeias produtivas do café, cacau, cana-de-açúcar, soja, pecuária, madeira, carvão e produtos florestais não madeireiros. Oferecendo apoio para organizações dos setores florestal e agropecuário em diversas áreas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

#### Clima e cadeias agropecuárias

Reduzir emissões e proteger o clima, ideais que mobilizam o Imaflora e fazem parte de sua missão. Para isso, o Instituto atua no desenvolvimento de ferramentas e propostas que permitam à agropecuária atender a demanda por alimentos e reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Adotando práticas de baixas emissões e alto sequestro de carbono, o setor pode reduzir 50% das suas emissões atuais até 2030.

#### Principais ações empreendidas

Em parceria com o Observatório do Clima, o Imaflora realizou as estimativas das emissões do setor agropecuário brasileiro de 1970 a 2013. Os resultados estão na plataforma Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG)

Programa Novo Campo. Em parceria com o Instituto Centro de Vida (ICV), o Imaflora colabora com o desenvolvimento do sistema de monitoramento e verificação das boas práticas em campo e o cálculo das emissões de GEE na pecuária.

Programa da USAID que tem foco na redução da fome e na segurança alimentar em países que estão próximos à linha da pobreza.

No setor florestal, o Imaflora é o maior validador e verificador de projetos de carbono florestal do Brasil, tanto na Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação (REED+) quanto em projetos de reflorestamento.

Em conformidade com o seu Estatuto Social, em 2018 o Imaflora atuou e realizou atividades operacionais nas frentes acima descritas, cujos recursos correspondentes, conforme detalhado nas demonstrações contábeis, decorreram de atividades próprias do Imaflora, através da Prestação de Serviços, execução de projetos cobertos por contratos, termos de parceria, convênios, etc. firmados, e ainda utilização de recursos próprios destinados ao subsídio de atividades junto a comunidades e pequenos produtores.

Em 2018, destacaram-se também as ações e atividades na Amazônia, com destaque em áreas protegidas, mercados, cadeias agropecuárias e Clima, realizadas com os recursos de novos contratos firmados em 2018 e de longo prazo (dois a três anos) junto a financiadores, patrocinadores, doadores e parceiros, destacando-se recursos do Fundo Amazônia/BNDES da ordem de R\$ 17 milhões em 3 anos e da Petrobras da ordem de R\$ 3 milhões em dois anos e três meses.

Também foram destaque em 2018 os investimentos do Imaflora com recursos próprios para o processo de acreditação direta como Organismo Certificador junto ao Sistema FSC®.

Com isso, o Imaflora passa a ser a primeira instituição da América do Sul a ser certificador direto do sistema.

O processo de acreditação é rigoroso e foi conduzida pela “Accreditation Service International” (ASI), organização alemã, independente, reconhecida internacionalmente pela capacitação nessa área. Os profissionais da ASI entrevistaram a equipe, fizeram a auditoria da parte documental do Imaflora e acompanharam profissionais em campo, em um processo conhecido como “auditoria testemunha”.

“Ser o certificador do FSC® no Brasil mostra a importância que a certificação socioambiental tem na estratégia do Imaflora, na valorização da floresta em pé, de boas práticas em relação ao meio ambiente e do manejo responsável como uma das ferramentas para a nossa missão”.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 29 de abril de 2019.

## 2. Base de preparação das demonstrações contábeis

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 (R1) - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC - Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, e em conformidade com o Pronunciamento Técnico PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis.

A Entidade adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018.

A Administração da Entidade afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Reais e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa, imposto de renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais premissas da Entidade relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas abaixo:

- Nota explicativa nº 4 - Gestão do risco financeiro;
- Nota explicativa nº 7 - Perda esperada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD);
- Nota explicativa nº 9 - Depreciação acumulada do ativo imobilizado;
- Nota explicativa nº 14 - Provisões para contingências.



### 3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente em todos os anos apresentados, a menos que indicado de outra forma.

#### a) Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com contas a receber de clientes e contas a pagar de fornecedores são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

#### b) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

##### i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Entidade administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Entidade avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de não ser possível recuperá-lo.

iv) Não reconhecimento/(baixa) de ativos financeiros

A Entidade baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Entidade. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

c) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou pelo valor de custo amortizado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Entidade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Entidade incluem recursos de projetos, fornecedores e outras contas a pagar.

i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

ii) Não reconhecimento/ (baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

d) Ativo imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

A Entidade optou por avaliar os ativos imobilizados pelo custo atribuído (deemed cost) no exercício de 2010. Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquida dos efeitos fiscais (Nota 9).

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos como outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Os dispêndios havidos com a reposição de um componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permita que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

(iii) Depreciação

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

A depreciação acumulada e amortização são calculadas sobre o valor depreciável conforme laudo de vida útil atualizado anualmente. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Descrição	(%)
Edificações	2
Veículos e servidores de dados	20
Computadores e periféricos	33,33
Máquinas e equipamentos, instalações, móveis e utensílios, e equipamentos de escritório.	10
Embarcações	5
Micro gerador de energia	8

Os critérios de depreciação e amortização, a estimativa de vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

Neste último exercício foram validadas as taxas de vida útil, tendo por base a avaliação técnica formalizada por declarações de vida útil dos ativos de maior relevância e, portanto, a Administração decidiu por manter as mesmas taxas até aqui vigentes.

e) Redução ao valor recuperável

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativos de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual, sendo constituída provisão para perdas sobre seus ativos.

f) Provisões

i) Provisões para contingências

A Entidade é parte em processos judiciais e administrativos e são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas considerando alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

g) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados da Entidade incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário), a oferta de planos de saúde, seguro de vida, vale alimentação, licença maternidade e paternidade estendida, auxílio creche e auxílio educação. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Entidade tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

A Entidade não mantém benefícios de remuneração com base em ações, benefícios de demissão, planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou benefícios para seus funcionários e dirigentes após sua saída da Entidade.

h) Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1)-Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

i) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado

A receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber decorrente da prestação de serviços e realização de projetos, entre outros.

j) Receitas de projetos, patrocínios e subvenções

São recursos financeiros provenientes de convênios, contratos de subvenção, financiamentos, patrocínios, termos de cooperação técnica-financeira e contratos de concessão de colaboração financeiras não reembolsáveis firmados e tendo como objetivo principal operacionalizar a execução de projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta conta, de todo o fluxo financeiro e operacional junto às respectivas fontes de recursos, ficando também toda documentação à disposição das mesmas para qualquer fiscalização. Todos os convênios, contratos e demais documentos firmados estão de acordo com o Estatuto Social da Entidade e as despesas de acordo com suas finalidades.

k) Receitas de serviços

São recursos provenientes de prestação de serviços de certificação, verificações, assistência técnica e cursos e/ou treinamentos, conforme previsto no artigo VI do Estatuto Social.

l) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

m) Apuração do superávit do exercício

O superávit foi apurado segundo o regime de competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo montante apresentado no documento fiscal competente e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### Fatores de risco de risco financeiro

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

##### Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. A Entidade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

##### Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recursos vinculados a terceiros	9.589.594	12.431.398
Contas a receber de clientes	3.562.393	2.925.970
Contas a receber de projetos	14.351.470	5.006.516
Adiantamentos	293.847	206.142
	<u>27.797.304</u>	<u>20.570.026</u>

##### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na administração da liquidez é a de garantir que sempre seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou riscos de prejudicar a reputação da Entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações financeiras que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação, com aplicação de risco baixo ou moderado.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa - sem restrição	6.207	8.919
Bancos com movimento - sem restrição	170.088	103.313
Bancos com movimento - com restrição	318.690	6.096
	<u>494.985</u>	<u>118.328</u>

6. Recursos vinculados a terceiros

	2018	2017
Aplicações financeiras - sem restrição	5.052.201	4.231.776
Aplicações financeiras - com restrição	4.537.393	8.199.622
	<u>9.589.594</u>	<u>12.431.398</u>
Banco Itaú S.A.	7.513.769	10.747.095
Banco do Brasil S.A.	2.075.825	1.649.835
Banco Bradesco S.A.	-	34.468
	<u>9.589.594</u>	<u>12.431.398</u>

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

7. Créditos a receber

	2018	2017
Clientes - serviços	3.562.393	2.925.970
Projetos (*)	14.351.470	13.019.372
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa (**)	(436.041)	(306.935)
	<u>17.477.822</u>	<u>15.638.407</u>



INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

Circulante	13.541.146	7.625.551
Não circulante	3.936.676	8.012.856
	<u>17.477.822</u>	<u>15.638.407</u>

A lista de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

	2018	2017
A vencer	16.716.285	6.043.014
Vencidos até 360 dias	926.733	1.341.572
Vencidos entre 361 e 720 dias (***)	88.177	169.998
Vencidos acima de 721 dias (***)	182.668	377.902
	<u>13.977.187</u>	<u>7.932.486</u>

	2018	2017
Projeto Florestas de Valor	7.529.044	2.889.327
Projeto Café CEPF	350.790	235.347
Projeto Atlas Geografia	798.750	-
Projeto Modelo de Negócio Inovador	441.704	-
Projeto Nespresso Café	302.241	-
Projeto Rastreabilidade	246.007	13.627
Projeto CFA	329.307	-
Outros Projetos	416.951	1.868.215
	<u>10.414.794</u>	<u>5.006.516</u>

Adicionalmente a Entidade possui contratos firmados de longo prazo para com entidades para a realização de projetos, cujo prazo de execução ultrapassa o exercício subsequente:

	2018	2017
Projeto Olhos da Floresta	-	130.270
Projeto Café CEPF	-	209.661
Projeto Florestas de Valor	3.206.880	7.672.925
Projeto Açaí Amapá	434.875	-
Projeto Modelo de Negócios	294.921	-
	<u>3.936.676</u>	<u>8.012.856</u>

(\*) Este grupo (projetos) compreende contratos firmados, cujos valores a receber totalizam a estimativa de execução no exercício subsequente.

(\*\*) Constituída em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis na realização do contas a receber, considerando dados históricos. Os critérios utilizados para o cálculo dessa estimativa sobre a carteira de recebíveis de clientes são os seguintes: Análise individual de cada devedor realizado em paralelo pelos departamentos de cobrança e de vendas com o objetivo de se chegar ao montante dos créditos incobráveis; e análise dos créditos em relação ao histórico de perdas da Entidade, referente os prejuízos já existentes com créditos a receber.

(\*\*\*) Estes títulos estão provisionados em PECLD e encontra-se em processo de cobrança judicial.

A movimentação das perdas esperadas para créditos de liquidação de contas a receber por idade de vencimento é apresentada a seguir:

# INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	(306.935)	(125.411)
Adições	(129.106)	(191.782)
Baixas	-	10.258
Saldo final	<u>(436.041)</u>	<u>(306.935)</u>

## 8. Adiantamentos

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Adiantamentos de férias	85.707	79.822
Adiantamentos de viagens	52.781	23.101
Adiantamentos de fornecedores	112.389	63.040
Despesas reembolsáveis	42.970	40.179
	<u>293.847</u>	<u>206.142</u>

INSTITUTO DE MANEJO E CERTIFICAÇÃO FLORESTAL E AGRÍCOLA - IMAFLORA

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

9. Imobilizado

	Terrenos	Imóveis	Benfeitoria em Imóveis	Móveis e utensílios	Equipamento s de escritórios	Máquina s e equipamento s	Computador es	Servidor de dados	Instalações	Veículos	Embarcações	Painel fotovoltaico	Projetos em andamento	Equipamento s de escritório - reav	Móveis e utensílios - reav	Máquina s e equipamento s - reav	Terrenos - reav	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2017</b>	<b>1.304.780</b>	<b>1.334.008</b>	<b>11.329</b>	<b>230.714</b>	<b>23.278</b>	<b>237.847</b>	<b>443.403</b>	<b>20.763</b>	<b>25.189</b>	<b>344.911</b>	<b>23.950</b>	<b>313.882</b>	<b>26.115</b>	<b>20.955</b>	<b>23.456</b>	<b>3.943</b>	<b>38.632</b>	<b>4.427.155</b>
Custo total	1.304.780	1.334.008	11.329	230.714	23.278	237.847	443.403	20.763	25.189	344.911	23.950	313.882	26.115	20.955	23.456	3.943	38.632	4.427.155
Depreciação acumulada	-	(267.912)	-	(168.437)	(34.184)	(118.331)	(362.576)	(18.760)	(20.910)	(134.205)	(3.021)	(30.106)	-	(20.955)	(23.456)	(3.943)	-	(1.206.796)
<b>Valor residual</b>	<b>1.304.780</b>	<b>1.066.096</b>	<b>11.329</b>	<b>62.277</b>	<b>(10.906)</b>	<b>119.516</b>	<b>80.827</b>	<b>2.003</b>	<b>4.279</b>	<b>210.706</b>	<b>20.929</b>	<b>283.776</b>	<b>26.115</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.632</b>	<b>3.220.359</b>
Adições	-	-	-	13.841	17.589	12.050	78.723	43.395	1.665	74.057	-	-	9.000	-	-	-	-	890.320
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(221.748)	-	-	-	-	-	-	-	(221.748)
Depreciação	-	(26.680)	-	(21.615)	(3.117)	(17.681)	(38.971)	(3.988)	(2.245)	(87.060)	(1.450)	(25.110)	-	-	-	-	-	(227.917)
Depreciação/baixa (custo atribuído)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	125.942	-	-	-	-	-	-	-	125.942
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>1.304.780</b>	<b>1.039.416</b>	<b>11.329</b>	<b>54.503</b>	<b>3.566</b>	<b>113.885</b>	<b>120.579</b>	<b>41.410</b>	<b>3.699</b>	<b>741.897</b>	<b>19.479</b>	<b>258.666</b>	<b>35.115</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.632</b>	<b>3.786.956</b>
Custo total	1.304.780	1.334.008	11.329	244.555	40.867	249.897	522.126	64.158	26.854	1.184.910	23.950	313.882	35.115	20.955	23.456	3.943	38.632	5.443.417
Depreciação acumulada	-	(294.592)	-	(190.052)	(37.301)	(136.012)	(401.547)	(22.748)	(23.155)	(443.013)	(4.471)	(55.216)	-	(20.955)	(23.456)	(3.943)	-	(1.656.461)
<b>Valor residual</b>	<b>1.304.780</b>	<b>1.039.416</b>	<b>11.329</b>	<b>54.503</b>	<b>3.566</b>	<b>113.885</b>	<b>120.579</b>	<b>41.410</b>	<b>3.699</b>	<b>741.897</b>	<b>19.479</b>	<b>258.666</b>	<b>35.115</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.632</b>	<b>3.786.956</b>
Adições	-	-	-	-	12.259	19.181	71.702	10.000	-	-	-	-	5.399	-	-	-	-	118.541
Depreciação	-	(26.680)	(474)	(10.697)	(4.476)	(17.801)	(59.062)	(7.428)	(858)	(160.427)	(1.450)	(25.111)	-	-	-	-	-	(314.464)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>1.304.780</b>	<b>1.012.736</b>	<b>10.855</b>	<b>43.806</b>	<b>11.349</b>	<b>115.265</b>	<b>133.219</b>	<b>43.982</b>	<b>2.841</b>	<b>581.470</b>	<b>18.029</b>	<b>233.555</b>	<b>40.514</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.632</b>	<b>3.591.033</b>
Custo total	1.304.780	1.334.008	11.329	244.555	53.126	269.078	593.828	74.158	26.854	1.184.910	23.950	313.882	40.514	20.955	23.456	3.943	38.632	5.561.958
Depreciação acumulada	-	(321.272)	(474)	(200.749)	(41.777)	(153.813)	(460.609)	(30.176)	(24.013)	(603.440)	(5.921)	(80.327)	-	(20.955)	(23.456)	(3.943)	-	(1.970.925)
<b>Valor residual</b>	<b>1.304.780</b>	<b>1.012.736</b>	<b>10.855</b>	<b>43.806</b>	<b>11.349</b>	<b>115.265</b>	<b>133.219</b>	<b>43.982</b>	<b>2.841</b>	<b>581.470</b>	<b>18.029</b>	<b>233.555</b>	<b>40.514</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>38.632</b>	<b>3.591.033</b>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

10. Obrigações trabalhistas e encargos

	2018	2017
Férias a pagar	923.651	889.203
Encargos sobre férias a pagar	330.667	318.335
FGTS a recolher	71.019	44.992
Imposto de Renda retido a recolher	178.804	80.832
INSS a recolher	203.616	190.744
PIS sobre folha de pagamento a recolher	11.548	5.624
Consignado a recolher	-	5.143
	<u>1.719.305</u>	<u>1.534.873</u>

11. Recursos de projetos em execução

A Entidade contabiliza no passivo os recursos recebidos, oriundos de convênios, contratos de subvenção, financiamentos, patrocínios, termos de cooperação técnica-financeira e Contratos de Concessão de colaboração financeira não reembolsável, os quais ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos, e que requeiram prestação de contas. O saldo em 31 de dezembro de 2018 de recursos totalizavam R\$ 14.424.167 e R\$ 12.397.120 em 2017, assim composto:

	2018	2017
Projetos		
Projeto Florestas de Valor	12.139.424	14.951.880
Projeto Açaí Amapá	862.315	415.784
Projeto Atlas	824.750	567.932
Projeto Modelo de Negócios	736.625	-
Projeto Calha Norte Sustentável	669.354	520.819
Projeto CFA	539.791	352.043
Projeto Governo Aberto	532.396	1.153.501
Projeto GHG	388.465	-
Projeto Café	355.182	534.425
Projeto Cadeia do Guaraná	261.655	-
Projeto Validação CAR	183.624	-
Projeto Olhos da Floresta	174.206	510.556
Projeto Estudo Viabilidade	171.426	-
Projeto Lideranças das Florestas	110.861	919.022
Projeto Accountability Framework	98.511	29.323
Projeto Lab. Alimentação	73.059	-
Projeto Mobilidade Urbana	64.576	52.566
Projeto Cacau São Felix	53.861	-
Projeto Origens Brasil	42.125	-
Projeto Clima Piracicaba	38.259	-
Projeto Comércio Varejista Castanha	20.797	72.397
Projeto SEEG	16.600	33.825
Projeto Sistemas Sustentáveis de Produção Agroflorestal	2.340	99.248
Projeto Observatório Código Florestal	641	-
Projeto Liga do Araguaia	-	29.093
Projeto Pecuária	-	36.386
Projeto Pimenta Wai Wai	-	47.998
Total de projetos a executar	<u>14.424.167</u>	<u>12.397.120</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

	2018	2017
Projetos institucionais	510.547	225.201
Projeto Bens em Operação	507.983	575.842
Conectando Saberes	35.000	83.178
Projeto Agrícola	265.576	-
Total de projetos Institucionais a executar	<u>1.319.106</u>	<u>884.221</u>
Circulante	15.743.273	13.198.163
Não circulante	<u>3.936.676</u>	<u>8.012.856</u>
	<u>19.679.949</u>	<u>21.211.019</u>

12. Recursos vinculados a terceiros - Capital de giro

Como parte das ações de projetos de desenvolvimento local na região norte, o Imaflora administra um fundo de capital de giro cuja fonte decorre de doação de empresas e financiadores (Projeto Florestas de Valor) destinados exclusivamente para prover capital de giro para fomento às cadeias da socio biodiversidade na Calha Norte do Rio Amazonas, nas operações de compra e venda de produtos de comunidades do Norte, visando propiciar viabilidade financeira à operação e gerar maior confiança pelas empresas compradoras.

Todo este processo tem por base documento regulador próprio, com definição clara de todo o processo de gestão e responsabilidades, conforme termo de cooperação para gestão do Fundo "Capital de Giro na Calha Norte".

Considerando que o Imaflora se figura nesta operação apenas com entidade gestora e não proprietária dos recursos, o fundo é contabilmente controlado em Conta do Passivo, no montante de R\$ 146.632 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 7.686 em 31 de dezembro de 2017).

13. Recursos fundo origens

Origens Brasil® é uma "Iniciativa de Valorização dos Territórios de Diversidade Socioambiental", que surgiu da necessidade de se criar mecanismos capazes de valorizar e dar visibilidade aos territórios e aos produtos manejados por populações tradicionais e indígenas, provenientes de áreas protegidas, associando-os ao patrimônio socioambiental destas áreas.

O Fundo Origens Brasil® têm como objetivo contribuir para a manutenção e a valorização do patrimônio cultural e diversidade socioambiental dos territórios, por meio do fortalecimento de cadeias produtivas responsáveis e da governança associada a estas cadeias. Essa contribuição é atingida através de instrumentos que proporcionam transparência à produção e à comercialização dos produtos, que identifica a origem e assegura a rastreabilidade e a ética nas relações comerciais.

Caso seja criado uma entidade jurídica para o Origens Brasil®, o IMAFLORA indicado como administrador, se compromete a transferir a administração do sistema, e todas as suas atribuições e responsabilidades, bem como o domínio

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

da marca e o Fundo do Origens Brasil<sup>®</sup>, para a nova entidade jurídica do Origens Brasil<sup>®</sup>.

Considerando que o Imaflora se figura nesta operação apenas com entidade gestora e não proprietária dos recursos, o fundo é contabilmente controlado em Conta do Passivo, no montante de R\$ 181.888 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 48.519 em 31 de dezembro de 2017).

#### 14. Provisões para contingências

Em atendimento a seção 21 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do CPC PME, e respaldado por uma avaliação da Assessoria Jurídica da Entidade, sobre a qual não constata processos trabalhistas, cíveis e tributários, ou de qualquer outra natureza, que envolvam a Entidade com probabilidade de perda por parte da Entidade provável, não foram requeridas constituição de provisões.

Toda via a Administração da Entidade no exercício de 2018 identificou específico risco tributário relacionado à incidência de COFINS sobre receitas financeiras, que atualmente não são recolhidos, motivo pelo qual registrou provisão no montante de R\$ 83.054 (sendo R\$ 0 em 2017), é do entendimento da Administração da Entidade que este tema tem sido controverso nos meios judiciais e decisões favoráveis e desfavoráveis são identificadas quando esse tema é apreciado, e dessa forma manteve o registro como uma contingência.

##### Causas com possíveis perdas

Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade possui uma causa cível, no montante de R\$ 500.000 (R\$ 500.000 em 31 de dezembro de 2017), em discussão nas esferas competentes, cuja avaliação da Administração da Entidade e seus assessores jurídicos, aponta para uma probabilidade de perda possível e, portanto, não foram provisionadas nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

15. Isenção tributária

15.1 Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza de benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre seu superávit/(déficit), de acordo com o artigo 184, do novo Regulamento do Imposto de Renda (RIR) aprovado pelo Decreto nº 9.580 de 22/11/2018.

15.2 Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser uma Associação sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1%, de acordo com a Lei nº 9.532/1997. As pessoas jurídicas sujeitas ao PIS sobre a folha de salários não estão sujeitas à incidência do PIS/Pasep sobre o faturamento, de acordo com o artigo 47 da Instrução Normativa SRF 247/2002.

15.3 Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser uma Entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Sociedade, de acordo com a MP 2.158-35/01, às demais receitas auferidas pela Sociedade são tributadas de acordo com as Leis nos 10.637/02 e 10.833/03, com alterações posteriores.

15.4 Imposto sobre serviços (ISS)

Em virtude da Entidade realizar prestação de serviços sofre incidência do ISS sobre as seguintes operações:

- Prestação de Serviços relacionados à Certificação manejo sustentável dos Recursos Naturais: Alíquota de 5%; e
- Treinamentos Cursos, formação de mão de obra especializada em Certificação e manejo ambiental: Alíquota de 2%.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

## 16 Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido é apresentado em valores históricos e compreende o Patrimônio Social, acrescido dos superávits e diminuído dos déficits apurados anualmente desde a data da sua constituição.

### a. Reserva de reavaliação

Em consonância com a Lei 11.638/07, art. 6º e seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, compreende o ajuste em relação a valor de mercado dos bens do ativo imobilizado que foram reavaliados até o exercício de 2007, aos seus valores de mercado, de acordo com os respectivos laudos de avaliação elaborados por peritos externos.

### b. Ajustes de avaliação patrimonial

A Entidade reconhece nessa rubrica o efeito dos ajustes de avaliação patrimonial relativo à adoção do custo atribuído ao ativo imobilizado na data de transição dos CPCs. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício, integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem.

Os ajustes por adoção do custo atribuído, líquido de impostos ao ativo imobilizado no montante de R\$ 38.632 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 38.632 em 31 de dezembro de 2017).

### c. Reserva de Fundo Patrimonial

Nos termos do Estatuto Social, a reserva de Fundo Patrimonial compreende de recursos financeiros oriundos dos superávits do Instituto, para aplicação em sua ampliação, investimentos patrimoniais, financiamento de projetos inovadores ou estratégicos, bem como suprir eventuais contingências de ordem fiscal ou trabalhista. Qualquer aporte financeiro ou utilização do Fundo Patrimonial, somente poderá ocorrer com prévia e expressa autorização do Conselho Diretor.

Conforme registrado em Ata de reunião Ordinária do Conselho Diretor, realizado em 24 de maio de 2018, foi deliberado à utilização do superávit do exercício de 2017 no valor de R\$ 1.063.123, aplicar em (Investimentos Institucional), e incorporar integralmente o rendimento líquido da aplicação financeira do exercício R\$ 109.064. Sendo assim, apresenta em 31 de dezembro de 2018 o saldo acumulado de R\$ 2.676.349 e (2.567.285 em 2017).

### d. Reserva Fundo Social

De acordo com capítulo XII do Estatuto Social, o Fundo Social do Imaflora foi criado para possibilitar que a certificação fosse uma ferramenta democrática, inclusiva, cujos benefícios - como a diferenciação de



Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

produtos no mercado - não ficassem restritos aos grandes empreendimentos. Foi criado para apoiar empreendimentos de comunidades e produtores familiares, com a finalidade de investir e financiar projetos que fortaleçam as atividades deste público, em consonância com a missão, os objetivos e o Plano Estratégico vigente no IMAFLORA, e deverá ser utilizado como financiador em todos os diferentes programas do IMAFLORA, seja para subsidiar a certificação, realizar eventos, fazer estudos estratégicos, fazer treinamentos para este público, dentre outros.

Para viabilizar o fundo, foi instituída uma taxa extra de 5% do custo dos serviços, apurado no orçamento de cada cliente, destinado a subsidiar parte dos custos das auditorias. Também foi definido que o montante disponível para uso, anualmente, corresponde ao rendimento do capital do Fundo no ano anterior mais metade do valor bruto captado pelo Fundo no ano anterior equivaleria a 50% dos rendimentos do valor arrecadado, no ano anterior.

	2018	2017
Saldo Inicial	1.916.695	1.413.911
Rendimentos dos Fundos	95.319	136.802
Incorporação	370.408	624.411
Utilização (*)	(281.791)	(258.429)
	<u>2.100.631</u>	<u>1.916.695</u>

Dos recursos disponibilizados no exercício de 2018, a Entidade em atendimento ao Estatuto Social executou ações, atividades, subsidiadas, com o desenvolvimento (objetivos institucionais), conforme demonstrado no quadro abaixo:

(\*) Utilização como subsídio para empreendimentos comunitários e pequenos produtores:

	2018	2017
Certificação FM Cadeia de Custódia	74.067	62.427
Certificação FM Manejo Florestal	185.029	188.475
Certificação Agrícola	22.695	7.527
	<u>281.791</u>	<u>258.429</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

17 Receitas

a. Prestação de serviços

	2018	2017
Prestação de serviços (Nacional)	9.885.593	8.783.158
Prestação de serviços (Internacional)	802.867	757.035
Fundo social de certificação	281.791	267.011
Serviços executados a faturar	-	412.732
	<u>10.970.251</u>	<u>10.219.936</u>

b. Receitas de projetos

	2018	2017
Projeto Florestas de Valor	5.654.555	4.462.281
Projetos diversos	3.032.084	3.913.280
Projeto Liderança da Floresta/Acre	1.142.161	974.068
Projeto Institucional	777.777	123.552
Projeto Atlas (**)	576.230	-
Projeto Nespresso Café	491.116	312.946
Projeto Açaí Amapá (**)	426.964	-
Projeto Olhos da Floresta (**)	336.351	390.770
Projeto Florestas de Valor (*)	328.430	-
Projeto SEEG Clima	247.975	317.795
Projeto Observatório Código Florestal OCF	200.100	110.851
Projeto Bens Operação	125.765	106.511
Projeto Cacau Amazônia	97.795	41.956
Projeto Sistemas Sustentáveis de Produção	96.908	-
Projeto Pimenta Wai Wai (**)	47.998	980
Projeto Reunião Observatório (*)	38.000	-
Projeto Pecuária	32.446	27.334
Projeto Laboratório de Alimentação (**)	28.057	-
Doação PF (**)	785	-
Projeto Piracicaba	-	1.920
Projeto Café 4C	-	301.960
	<u>13.681.497</u>	<u>11.086.204</u>

(\*) Origens dos recursos de patrocínios.

(\*\*) Origens dos recursos de doações.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

18 Despesas por natureza

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e ordenados	6.490.956	6.274.775
Férias	1.063.196	1.020.799
Décimo terceiro salário	774.850	766.510
Encargos com empregados	2.304.205	2.121.730
Benefícios (*)	1.434.633	1.280.342
Prest. Serviços de terceiros	4.452.002	3.476.580
Custos com viagens	3.425.219	2.914.068
Comunicação & Eventos	211.691	151.057
Custos Administrativos	942.395	671.356
Despesas Administrativas	669.346	350.114
Gastos com infraestrutura	440.332	373.525
Depreciação	332.600	252.866
Gastos com TI & Telecom	227.288	203.636
Gastos Tributários	63.086	58.528
	<u>22.831.800</u>	<u>19.915.886</u>
Custos operacionais com projetos	11.375.145	9.345.637
Custos operacionais com serviços	7.229.235	6.967.394
Despesas gerais e administrativas	1.260.172	903.677
Despesas com pessoal	<u>2.967.248</u>	<u>2.699.178</u>
	<u>22.831.800</u>	<u>19.915.886</u>

(\*) Composto substancialmente por alimentação, assistência médica e auxílio educação.

19 Gratuidades recebidas e trabalhos voluntários

As gratuidades e trabalhos voluntários identificados pela Administração como tendo sido prestados no exercício de 2018, bem como o seu valor justo, podem ser assim descritos e estão registrados na demonstração do resultado nas contas de "Receitas de trabalho voluntário" e de "Custos e despesas com trabalho voluntário".

Os membros que compõem o quadro deliberativo (Presidente, Vice-Presidente, Conselho diretor, associados e membros do Conselho Fiscal) executam seus mandatos voluntariamente, remuneração. Com base nos controles internos a entidade apurou em 2018 aproximadamente o montante de R\$ 17.849, relativo aos serviços voluntários por seus dirigentes.

Destacamos que o valor apresentado na presente nota é apenas para efeito de divulgação, ou seja, não representa movimentações financeiras, mas apresenta o registro de um fato econômico para a entidade.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017  
(Em reais)

---

## 20 Cobertura de seguros

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguro considerando o valor suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil de Continuidade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

- a) Seguro Empresarial: Cobertura contra os riscos de incêndio, queda de raio, equipamentos, objetos portáteis, impacto de veículos terrestres, queda de aeronaves, vendaval, furação, ciclone, tornado, granizo e danos elétricos (benfeitorias, máquinas, instalações e estoques), sendo que o valor em risco segurado representa R\$ 2.500.000.
- b) Seguro Auto: Cobertura contra os riscos de incêndio, colisão e roubo, assegurado pelo valor de mercado.
- c) Seguros de vida com contratação coletiva: Principais características: contratados para oferecer coberturas por morte, invalidez, rendas por incapacidade temporária, etc.; vigência de curto prazo (normalmente um ano); as taxas são definidas no início do contrato e só podem ser alteradas após o encerramento da vigência.

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Entidade em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.